



PGPCI

Programa de Pós-Graduação em
Gestão Pública e Cooperação Internacional

Planejamento Estratégico (2024-2028)

Aprovado na 70ª Reunião Ordinária do Colegiado



EXPEDIENTE

Reitoria

Valdiney Veloso Gouveia - Reitor

Liana Filgueira Albuquerque - Vice-Reitora

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Fernando Guilherme Perazzo Costa

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Aldo Leonardo Cunha Callado - Diretor

Magno Vamberto Batista da Silva - Vice-Diretor

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional

Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho - Coordenadora

Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo – Vice-Coordenadora

Comissão de Autoavaliação

Christiano Coelho

Elia Elisa Cia Alves

James Batista Vieira (presidente)

Comissão de Revisão da Matriz Curricular

Flávio Perazzo Barbosa Mota (presidente)

Thiago Lima

Vanderson Gonçalves

Comissão de Planejamento Estratégico

James Batista Vieira (presidente)

João Marcelo Alves Macedo

Vico Dênis Sousa de Melo

Apoio Técnico

Laboratório de Inovação em Contratos Públicos e Governo



SUMÁRIO

1. O CONTEXTO	4
2. O PROGRAMA.....	6
3. IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO PGPCI.....	15
3.1. Mandato	15
3.2. Missão	15
3.3. Visão.....	15
3.4. Método	15
3.5. Valores	16
3.6. Objetivos do PGPCI	16
3.7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	17
4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO (MATRIZ SWOT)	18
4.1. Ações Ofensivas (combinação entre S e O):.....	22
4.2. Ações Defensivas (combinação entre S e T):.....	22
4.3. Debilidades (combinação de W e O):	22
4.4. Vulnerabilidades (combinação W e T):.....	22
5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA	24
5.1. Definição dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais do PGPCI	25
6. METAS, ESTRATÉGIAS E PLANOS DE AÇÃO.....	28
6.1. Planos de Ação.....	32
7. PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO	41
7.1. Implementação do plano estratégico.....	41
7.2. Mecanismos de acompanhamento dos docentes.....	41
7.3. Mecanismos de acompanhamento dos discentes	42
7.4. Mecanismo de acompanhamento de egressos	42
7.5. Cenários e reavaliação do planejamento estratégico.....	42
7.6. Cronograma e marcos iniciais (<i>roadmap 2024-2025</i>).....	43
8. CONVERGÊNCIA DO PROGRAMA COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UFPB	44

1. O CONTEXTO

O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) está vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sediado no município de João Pessoa, estado da Paraíba. O estado da Paraíba está localizado na região Nordeste do Brasil, com área total de 56.467,24 km². Sua população foi estimada, em 2021, em 4.059.905 habitantes, sendo o 15º maior estado brasileiro em população. O Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde a 0,88% do PIB do Brasil, foi calculado em R\$ 67,99 bilhões no ano de 2019, sendo o 20º maior PIB dos estados brasileiros. Além da capital, João Pessoa, outros nove municípios, mais populosos, se destacam: Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Cabedelo, Cajazeiras, Guarabira e Sapé. Regionalmente, a Paraíba possui quatro regiões geográficas intermediárias, João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa-Cajazeiras, que são subdivididas em quinze Regiões Geográficas Imediatas.

As regiões norte e nordeste haviam apresentado, desde a década de 2000, indicadores de crescimento econômico e desenvolvimento acima da média nacional. A região nordeste, em especial, constituía um novo espaço de crescimento econômico, atraindo novas empresas, avançando em empreendimentos locais e regionais, fixando novos polos produtivos, desenvolvendo e amadurecendo indústrias de alto impacto econômico, social e ambiental (como turismo, entretenimento, setor sucroalcooleiro, cimenteiro, cerâmico, automobilístico, alimentos e bebidas, farmacoquímico dentro outros).

Nos últimos 11 anos (2013-2024), porém, o estado da Paraíba apresentou um crescimento econômico e social relativo que merece atenção. Considerando o crescimento mais intenso de estados vizinhos, como o Piauí, a Paraíba pode perder posições em nível nacional em importantes indicadores, como o PIB per capita estadual. Com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH de 0,698, o estado da Paraíba apresenta indicadores de desenvolvimento social abaixo da média nacional (0,754). O estado está no 21º lugar no ranking nacional do IDHM, sendo que aproximadamente 70% dos seus 223 municípios apresentam um IDHM baixo, posicionados entre 0,500 e 0,599. Além disso, historicamente, o estado da Paraíba é um território exportador de mão de obra (qualificada e não qualificada). No estado da Paraíba estão localizados projetos públicos de grande relevância, que envolvem desde a criação da infraestrutura básica (como canais de transporte, portos, preparação de base de turismo, saneamento, expansão de instituições de ensino superior etc.), passando pela atração de empresas dos mais diversos setores, chegando até os projetos de atração de investimentos (nacionais e internacionais).

Neste contexto de aparente estagnação econômica e social relativa, típica de regiões marcadas pela “armadilha do desenvolvimento”, de natureza econômica (como a baixa produtividade), social (como a vulnerabilidade da renda) e institucional (como a baixa qualidade dos serviços públicos), o estado da Paraíba é um território que necessita fomentar soluções inovadoras que permitam elevar a produtividade dos setores público e privado e promover o desenvolvimento econômico e social. Ademais, os estados e municípios do nordeste contam com redes institucionais voltadas à cooperação internacional ainda muito heterogêneas e em desenvolvimento, quando as possuem. No caso da Paraíba e de sua capital, por exemplo, não existem secretarias especializadas em cooperação internacional. A ausência de estruturas especializadas dificulta aos governos captar as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidas por outros países, cidades estrangeiras e organizações internacionais.

Esse contexto desafiador, em nível regional, demanda profissionais capacitados para o exercício da Gestão Pública e da Cooperação Internacional. Deriva-se daí a necessidade de um

esforço sistemático na capacitação de gestores públicos com conhecimento interdisciplinar, com competências profissionais e científicas, que seja capaz de promover uma maior integração entre o local, o regional e o global. Tal profissional deve ainda ser capaz de desenvolver pesquisas e esforços de melhoria nos processos de gestão, e estar capacitado a planejar e gerenciar a ação pública de modo a extrair o melhor retorno para a sociedade nesse momento desafiador para o desenvolvimento regional.

1.1. O contexto institucional da UFPB

Neste contexto regional desafiador, a Universidade Federal da Paraíba desempenha um relevante papel econômico, científico e social. A Universidade da Paraíba foi criada em 1955 através da Lei estadual nº. 1.366, de 02 de dezembro de 1955, como resultado da junção de algumas escolas superiores. A sua federalização foi aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, por meio da qual foi transformada em Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A UFPB é uma instituição autárquica de regime especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura multi-campi e atuação nas cidades de João Pessoa, Areia, Rio Tinto e Mamanguape, e Bananeiras. Atualmente a Universidade Federal da Paraíba está estruturada da seguinte forma: Campus I, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA; Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Ciências da Saúde - CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA; Centro de Educação - CE; Centro de Tecnologia - CT e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; Centro de Biotecnologia - CBIOTEC; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR; Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis - CEAR e o Campus II, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias - CCA e o Campus III, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA e o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE.

Figura 1. Áreas de atuação acadêmica da UFPB por centros de ensino.



A UFPB é a maior instituição de ensino superior do estado da Paraíba, que conta com mais três universidades públicas: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A UFPB oferece 124 cursos de graduação e 112 programas de pós-graduação. Em 2020, a UFPB contava com 30.385 alunos matriculados nos cursos de graduação e 5.937 nos programas de pós-graduação. Sua infraestrutura física conta com 22 bibliotecas, 1.196 salas de aula, 572 laboratórios, 31 residências e 4 restaurantes. A universidade oferece cursos de graduação em 35 municípios, sendo 29 na modalidade EaD (nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia). Em 2019, a UFPB desenvolveu 1.253 projetos de extensão, produziu 10.233 artigos científicos, 98 patentes. O Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), localizado no Campus I, tem em sua estrutura 10 cursos de graduação, com 3.598 alunos matriculados, e 10 cursos de pós-graduação com 377 alunos matriculados, contando com 204 docentes e 84 técnicos administrativos. Em 2022, o orçamento da UFPB foi de R\$ 2,04 bilhões. Em 2023, a UFPB dispunha ainda de 104 acordos de cooperação, firmados com 25 países (11 países da Europa, 9 países da América, sendo 7 da América Latina, 3 países da África e 2 países da Ásia).

A missão da UFPB é gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade. Sua visão é ser reconhecida como uma universidade inovadora, de excelência acadêmica, científica, tecnológica, artística, cultural e referência na gestão pública. Seus valores são: respeito à diversidade, integridade e dignidade da pessoa humana; caráter público e autônomo da Universidade; indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; estímulo à inovação; ética, transparência e compromisso com a sociedade e com o bem público; compromisso com a democracia, cidadania e inclusão social; incentivo à produção, preservação e disseminação da arte e da cultura; e, promoção da sustentabilidade (UFPB, 2019).¹

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) está em elaboração. Entretanto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), prevê objetivos diretamente alinhados ao planejamento do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI), conforme descrito no quadro (1).

Quadro 1. Diretrizes para a Política de Ensino de Pós-Graduação na UFPB.

Diretrizes para a Política de Ensino de Pós-Graduação na UFPB	Objetivo Estratégico
I. Ampliação do número de programas e cursos de Pós-Graduação.	PI.GAc.03
II. Ampliação do número de vagas ofertadas na Pós-Graduação.	PI.GAc.03
III. Excelência da Pós-Graduação com vistas à elevação dos conceitos atribuídos pela CAPES.	PI.GAc.03 PI.GAc.04 SOC.01
IV. Internacionalização das atividades da Pós-Graduação.	PI.GAc.03 PI.GAc.04 SOC.01
V. Ampliação de convênios nacionais e internacionais na Pós-Graduação.	PI.GAc.03 PI.GAc.04 SOC.02

¹ UFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023). João Pessoa: UFPB, 2019.

VI. Acompanhamento dos egressos da Pós-Graduação.	PI.GAc.01 PI.GAc.03 SOC.01
VII. Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação e ciclos regulares de planejamento e autoavaliação.	PI.GAc.01 PI.GAc.02 PI.GAd.01 PI.GAd.04
VIII. Promoção de ações que propiciem condições para acolhimento, permanência e diplomação na Pós-Graduação.	PI.GAc.01 PI.GAc.05
IX. Atuação na formação continuada.	SOC.02
X. Atualização dos currículos acadêmicos com vistas a incorporar os avanços científicos, tecnológicos e da internacionalização.	PI.GAc.03 PI.GAc.04
XI. Captação de recursos externos.	ORC.02

Fonte: UFPB (2019).

Este planejamento estratégico está diretamente alinhado com as diretrizes III, IV, V, VI, VII, IX, X e XI da Política de Ensino da Pós-Graduação na UFPB, particularmente as ações que visam a elevação da nota do conceito atribuído pela CAPES ao PGPCI.

2. O PROGRAMA

O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) foi formulado com o relevante propósito de contribuir para o aprimoramento das práticas de Gestão Pública e Cooperação Internacional, voltadas ao desenvolvimento da região nordeste, com especial atenção ao estado da Paraíba. O Programa visa formar profissionais de alto nível, que tenham uma visão estratégica da Gestão Pública e da Cooperação Internacional, orientados à promoção do desenvolvimento regional sustentável impulsionado pela ação pública – governamental e social.

A área de concentração do PGPCI, a Gestão Pública e a Cooperação Internacional, está inserida na grande área da “Administração Pública”, que integra a área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” da CAPES (área 27). Essa concentração é um recorte da área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Essa área de concentração contribui para a formação de recursos humanos de nível superior, por meio do aprimoramento da gestão das organizações governamentais e sociais e da implementação das políticas públicas, combinadas com os instrumentos de cooperação internacional, que visam aplicar o conhecimento à resolução dos problemas de interesse público (Vieira, 2023).²

A proposta do PGPCI foi construída ao longo dos anos de 2014 e 2015, a partir da colaboração do corpo docente especializado do Departamento de Gestão Pública, do Departamento de Administração e do Departamento de Relações Internacionais, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, responsáveis, respectivamente, pela estruturação das linhas de pesquisa de políticas públicas, gestão governamental e social e de cooperação internacional. A Apresentação de Proposta para Curso Novo (APCN) contou com a participação de docentes doutores qualificados e com potencial e experiência de pós-graduação, empenhados em construir uma visão integrada e uma reflexão acadêmica sistemática sobre as melhores práticas da Gestão Pública e da Cooperação Internacional. Dessa forma, uma das marcas de nascença do PGPCI é a diversidade de formação do corpo docente.

Em alinhamento com a própria concepção dos estudos de Administração Empresarial

² VIEIRA, J. Fundamento da Gestão Pública. Recife: UFPE, 2023.

e da Administração Pública, em particular, conforme a construção implementada no Brasil, a área de concentração do PGPCI é multidisciplinar, uma vez que reúne abordagens das ciências humanas e sociais aplicadas no campo de públicas, mas com uma ênfase complementar no contexto internacional. A proposta de concentração pressupõe, portanto, a adoção de múltiplas abordagens teórico-metodológicas, que encontram convergência, a partir de uma concepção de formação que integra os domínios de conhecimento teórico, epistemológico e metodológico, da prática docente e de pesquisa, de produção escrita e do universo prático, todos aplicados à compreensão e à prática da Gestão Pública e da Cooperação Internacional, com ênfase na promoção das práticas de governança pública, das redes de cooperação internacional e das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

No Brasil, em geral, e em particular nas regiões norte e nordeste, há carência de profissionais com formação ampla e aprofundada sobre a gestão das organizações públicas e das políticas públicas. Adicionalmente, e considerando que estas atividades não estão mais restritas aos ambientes locais, é necessário que sejam formados profissionais com uma visão ampla do cenário global no qual se estabelecem as relações entre os diferentes atores e agentes envolvidos nas ações, nos projetos, nos programas e nas políticas públicas. Os egressos do PGPCI são formados para atender as demandas das organizações sociais e governamentais, da Administração Pública direta e indireta, e dos demais atores de interface público-privada, nacional-internacional. O PGPCI contribui para a profissionalização da gestão de um amplo espectro de organizações sociais e públicas, em nível federal, estadual e municipal, de João Pessoa, do estado da Paraíba, assim como de suas regiões vizinhas, atraindo gradualmente o interesse do mesmo público-alvo de outras regiões do Brasil.

Com base nestes pressupostos, ao inserir o componente da Cooperação Internacional em diálogo com a Gestão Pública, espera-se contribuir com uma formação singular que permita ao egresso compreender como o Estado contemporâneo interage de maneira ímpar com as esferas internacionais de governança. Com a presença de um corpo docente multidisciplinar, o PGPCI permite aos seus egressos compreender e analisar como atualmente as políticas públicas interagem no âmbito doméstico e internacional. Dentre as quais, pode-se citar as políticas efetivadas por nações desenvolvidas e em desenvolvimento no setor de saúde capitaneadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde), no setor alimentar e agrícola lideradas pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), na área de desenvolvimento influenciadas por diversas agências tais como OMC (Organização Mundial do Comércio), Banco Mundial, dentre outras. O programa também oferece ao egresso a possibilidade de compreender as políticas públicas efetivadas a partir dos organismos internacionais, tais como ações humanitárias em regiões assoladas por conflitos armados, políticas de assistência alimentar para zonas de extrema pobreza, cooperação técnica a governos, dentre outras políticas públicas implementadas por agências internacionais que visam o fortalecimento da ação estatal.

2.1. A estrutura acadêmica do PGPCI

O PGPCI está estruturado em três linhas de pesquisa, com ênfases em determinadas subáreas do conhecimento e que caracterizam o campo de atuação do programa e sua ênfase em estudos que priorizem os vínculos entre a Gestão Pública e a Cooperação Internacional. Os docentes que integram as três linhas de pesquisa do PGPCI são especialmente motivados pelo caráter inovador do programa que se dedica a formação de profissionais com uma visão integrada entre essas abordagens, consideradas complementares, e seu significativo potencial de contribuição para o aprimoramento da ação pública orientada para resultados na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Linha 01: Políticas Públicas

As ações de ensino, pesquisa e extensão dessa linha contribuem para o desenvolvimento de desenhos institucionais de políticas públicas capazes de gerar e preservar valor público, nos planos municipal, estadual, regional, nacional e internacional (múltiplos níveis de governança). A linha abrange temas ligados aos modelos de formulação, decisão, implementação e avaliação de políticas públicas, com ênfase na contratação pública orientada para resultados; participação e controle social nas políticas públicas; políticas de promoção dos empreendimentos de impacto social e de economia solidária; federalismo e sistemas de políticas públicas, agências de regulação e implementação de serviços públicos; métodos quantitativos e qualitativos aplicados ao estudo das políticas públicas e as políticas sociais, de inovação e de desenvolvimento sustentável.

Linha 02: Gestão Governamental e Social

Essa linha discute as transformações na gestão de interesse público e suas implicações para a sociedade, com ênfase nos processos de formulação e implementação de estratégias, políticas e inovação na gestão das organizações do setor público e social. A linha abrange temas ligados a transformação digital dos serviços públicos, a gestão de pessoas no setor público e ao impacto dos processos de gestão na qualidade dos serviços prestados à sociedade, além da avaliação de ações de regulação de práticas de mercado (consumo e concorrência) e os variados aspectos vinculados à gestão social. As ações de ensino, pesquisa e extensão dessa linha oportunizam a melhoria da capacidade gerencial das organizações públicas e sociais, responsáveis pela prestação dos serviços de interesse público do Estado.

Linha 03: Cooperação Internacional

Essa linha dedica-se a estudar a Cooperação Internacional em suas vertentes teóricas, históricas e operacionais de forma integrada, sejam bilaterais ou multilaterais, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre os motivos de êxito ou fracasso de oportunidades e projetos de cooperação entre unidades políticas estrangeiras. Do ponto de vista teórico, estudam-se os processos e a cooperação entre os Estados e suas subunidades no cenário internacional, além de teorias sobre integração e governança regional e global. No plano histórico, debruça-se sobre os diversos modelos e sistemas internacionais de cooperação, integração e governança e como estes se inserem nos debates sobre o processo de formulação de políticas públicas no plano doméstico, considerando questões contextuais, processos negociadores e resultados alcançados. No campo operacional, pesquisam-se os mecanismos de formulação de políticas de cooperação internacional, focando-se nos marcos regulatórios, nos processos legais e administrativos e na análise da influência dos diversos atores e interesses que convertem projetos bilaterais e de organismos multilaterais em políticas públicas nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da formação em nível de pós-graduação, destaca-se algumas ações inovadoras ligadas aos processos de ensino do PGPCI, sobretudo na concepção das disciplinas de laboratório, que oportunizam aprofundar a visão dos alunos do mestrado sobre a ação docente, a prática da pesquisa e a prática profissional. Sobre a prática profissional, essa é uma ação inovadora em um curso de mestrado acadêmico, sobretudo pela metodologia que baliza a sua operacionalização, centrada nas teorias de aprendizagem baseadas em práticas/problemas, o que é inédito em programas de pós-graduação no Brasil.

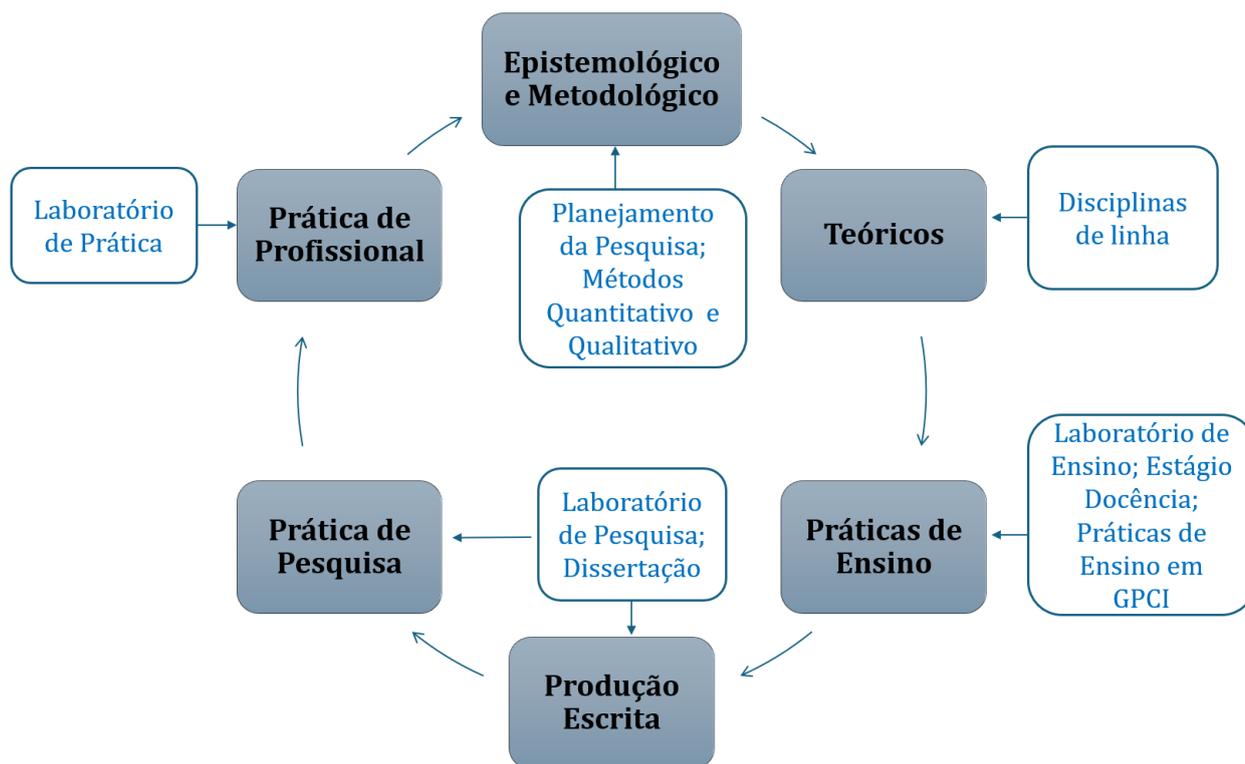
A concepção do modelo de formação do PGPCI potencializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que articula o desenvolvimento de competências teóricas, epistemológicas e metodológicas, da prática de pesquisa, da prática de ensino e da prática profissional. Além disso, por ser o primeiro das regiões norte e nordeste do Brasil na modalidade acadêmica, os docentes do PGPCI compreenderam ser essa uma oportunidade para potencializar a formação de profissionais, professores e pesquisadores para a região e de atender a uma demanda sem ter que aguardar a vinda de profissionais formados em outras regiões brasileiras.

A formação acadêmico-científica dos egressos do PCPCI é desenhada segundo uma visão de competências, dimensionadas em seis competências globais e subcompetências. A seguir, estão indicadas as competências em seis dimensões:

- Dimensão de saberes epistemológicos e metodológicos: envolve as disciplinas e atividades orientadas à compreensão da natureza do conhecimento produzido em ciências sociais aplicadas, ao desenvolvimento de capacidades práticas de construção de pesquisas, e à capacidade de aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas de pesquisa em trabalhos empíricos na área de concentração do Programa;
- Dimensão de saberes teóricos: envolve as disciplinas e atividades desenvolvidas para formação de conhecimentos dos temas centrais, conceitos, abordagens e visões teóricas da área de concentração e das linhas de pesquisa;
- Dimensão de saberes de prática de ensino: envolve as disciplinas de discussão teórica sobre a docência em nível superior, bem como a realização de atividades de exercício prático para atuação docente do egresso mestre e do egresso doutor;
- Dimensão de saberes de produção escrita: envolve as atividades orientadas a preparar o discente para produzir conteúdos e materiais relacionados à sua atuação como docente (casos para ensino, notas de aula...), e como pesquisador (artigos, position papers, dissertações, teses...)
- Dimensão de saberes de prática de pesquisa: envolve as disciplinas e atividades de prática real de pesquisa para construção de relatórios de diferentes finalidades, em especial artigos, dissertações e teses;
- Dimensão de saberes de prática profissional: envolve as disciplinas e atividades de vivência concreta de ações em organizações públicas ou sociais, considerando, especialmente, a linha de estudos do discente a seu projeto de formação.

Essas dimensões de competência são desenvolvidas por meio das disciplinas, das atividades obrigatórias e das ações complementares empreendidas pelo PGPCI (laboratórios de pesquisa e extensão, projetos de assistência técnica, seminários, cursos de capacitação, etc.). O itinerário formativo do PGPCI pode ser adequadamente descrito por meio da figura (2).

Figura 2. Itinerário formativo do PGPCI



Fonte: elaboração própria

2.3. A situação atual dos Programas de Pós-Graduação do “Campo de Públicas”

O “campo de públicas” abarca os cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Gestão Pública, Administração Pública, Políticas Públicas. Em 2024, há 31 cursos de pós-graduação do campo de públicas. Destes:

- 16 estão credenciados na área 27 da CAPES;
- 11 estão credenciados na área 39 da CAPES;
- 04 estão credenciados na área Interdisciplinar e outras.

A distribuição de notas dos cursos, segundo a área de credenciamento na CAPES é descrita no quadro (2).

Quadro 2. Notas dos PPG do “campo de públicas”, por área da CAPES

	Área 27	Área 39	Outras áreas
Nota 2	1	-	-
Nota 3	8	3	4
Nota 4	6	7	-
Nota 6	1	-	-

Fonte: Sucupira CAPES (ano base 2024).

O quadro (3) ilustra a desigualdade na distribuição geográfica dos programas de pós-

graduação do “campo de públicas” no Brasil. Esta situação agrava o desafio do “brain drain” da região e compromete o desenvolvimento da Administração Pública regional.

Dos 31 cursos de mestrado e doutorado do “campo de públicas”, somente 06 estão sediados na região nordeste do Brasil (aproximadamente 20%). Esses programas estão sediados nos estados no Ceará (2), Pernambuco (2), Rio Grande do Norte (1) e na Paraíba (1). O quadro (2) resume a situação desses cursos.

Quadro 3. Situação dos cursos de mestrado/doutorado na região nordeste

	Área	Nota	Natureza
PGPCI/UFPB	27	3	Mestrado Acadêmico
GPDN/UFPE	Interdisciplinar	3	Mestrado Profissional
PP/UFPE	39 - CP	4	Mestrado Profissional
GP/UFRN	27	4	Mestrado Profissional
PP/UECE	39 - CP	4	Doutorado
PPP/UECE	39 - CP	4	Mestrado Profissional

Fonte: Sucupira CAPES (ano base 2024).

2.4. A trajetória do PGPCI (2016-2024)

A avaliação dos cursos de mestrado acadêmico é realizada uma vez a cada quatro anos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Esta avaliação periódica gera notas, que vão de 1 a 7.³ O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) foi credenciado em 2015, na área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” (área 27), que compõe a grande área de “Ciências Sociais Aplicadas”, do colégio de “Humanidades”.

Tabela 1. Evolução do conceito de avaliação da CAPES (área 27)

	2016	2020
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional	3	3

Ao longo de 8 anos (2016-2023), em média, o PGPCI ofertou 25 vagas por ano e contou com uma relação de 4,73 candidatos por vaga.

Tabela 2. Evolução do número de vagas ofertadas e de candidatos inscritos no PGPCI

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Linha 1 – PP	110	47	44	43	35	51	34	46
Linha 2 – GGS	74	58	61	52	48	49	28	30
Linha 3 - CI	27	21	18	24	26	21	14	9
Total	213	116	123	119	109	121	76	85
Vagas ofertadas	24	29	29	26	24	28	22	22
Candidatos x vaga	8,875	4	4,241379	4,57692	4,54167	4,32143	3,45455	3,86364

³ As notas (ou conceitos) 1 e 2 implicam o descredenciamento do curso. As notas 3 a 5 valem respectivamente “regular”, “bom” e “muito bom”. Os os conceitos 6 e 7, que expressam excelência constatada em nível internacional. As avaliação são realizadas pelas áreas de avaliação ao qual o Programa está credenciado. Atualmente, há 49 áreas de avaliação, organizadas em 9 grandes áreas e 3 colégios.

Entre 2018 e 2023, o programa formou 100 mestres em Gestão Pública e Cooperação Internacional, obtendo uma média anual de 16 egressos por ano.

Tabela 3. Evolução do número de mestres formados no PGPCI

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média Anual	Total
Linha 1 - PP	7	4	7	3	4	8	5,5	33
Linha 2 - GGS	5	7	12	5	5	9	7,16	43
Linha 3 - CI	5	3	4	5	4	3	4	24
Total	17	14	23	13	13	20	16,66	100

Em 2019, o PGPCI foi contemplado com uma nova infraestrutura, com salas de aula modernas, equipadas e suficientes para atender, com exclusividade, os estudantes de pós-graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 4. Infraestrutura disponível no PGPCI/UFPB

	Quantidade
Sala de secretaria do PGPCI	01
Sala da coordenação do PGPCI	01
Sala de aula equipadas da pós-graduação	12
Sala para docentes	14
Sala de estudo para os alunos	01
Sala de grupos de pesquisa	04
Biblioteca setorial com livros e periódicos	01
Laboratório de informática (40 computadores)	01
Webpage do PGPCI (ccsa.ufpb.br/pgpci)	01
Servidor exclusivo (e-mails, repositório, etc.)	01
Auditório	01

O PGPCI conta com o apoio e/ou a parceria de instituições públicas, sociais e privadas, incluindo instituições científicas (Instituto Federal da Paraíba - IFPB), órgãos públicos (Secretaria de Estado da Administração – SEAD e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior) e empresas privadas (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA) que atuam no setor.

Tabela 5. Instituições parceiras do PGPCI/UFPB

Setor	Instituição parceira	Tipo de parceria	Período
Público	Secretaria de Estado da Administração – SEAD	Acordo de Cooperação Técnica	2022-2024
Público	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior - SECTIES	Acordo de Cooperação Técnica	2024-2026
Privado	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Acordo de Cooperação Técnica	2023-2025
Privado	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	CNPq – Chamada MAI/DAI 2023	2023-2025

O PGPCI tem fortalecido suas ações e estratégias administrativas e normativas, com a (re)definição e atualização de normas, ampliando a transparência e o acesso à informação com

a construção de um novo website, elaborando editais de processos seletivos mais criteriosos e rigorosos para o credenciamento e a permanência de professores orientadores do programa.

Tabela 6. Ações de melhoria da gestão do PGPCI

Ano	Ação	Objeto
2015	Resolução UFPB 35/2015	Regimento Interno PGPCI
2016	Resolução PGPCI 1/2016	Credenciamento Docente
2017	Resolução PGPCI 1/2017	Proficiência em língua inglesa
2017	Resolução PGPCI 2/2017	Estágio Docência & Laboratório de Ensino
2018	Resolução PGPCI 1/2018	Bolsas de Estudo
2020	Resolução PGPCI 1/2020	Autoavaliação do PGPCI
2020	Novo <i>website</i>	Reformulação do website do PGPCI
2020	Encontro de Planejamento	Iniciar o processo de planejamento do PGPCI
2021	I Seminário de Planejamento	Consulta as partes interessadas e
2022	Resolução PGPCI 1/2022	Atualização do credenciamento, credenciamento e descredenciamento docente
2023	Atualização das ementas das disciplinas	Ementas das disciplinas do PGPCI

3. IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO PGPCI

O propósito organizacional (mandato, missão, visão, método e valores) do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI/UFPB) está alinhado ao propósito da Universidade Federal da Paraíba, da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

3.1. Mandato

O mandato do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) está alinhado com as diretrizes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme disciplina a Resolução UFPB nº35/2015 e o Documento Orientador de APCN – Área 27 (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo).

3.2. Missão

A missão do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) está alinhado com a missão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB):

Missão do PGPCI: *formar lideranças regionais capazes de contribuir para a geração de valor público.*

Missão da UFPB: *gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade.*

3.3. Visão

A visão do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) está alinhado com a visão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB):

Visão do PGPCI: *ser um programa regional de excelência na formação de profissionais, pesquisadores e professores, dedicados a promoção do desenvolvimento sustentável.*

Visão da UFPB: *ser reconhecida como uma universidade inovadora, de excelência acadêmica, científica, tecnológica, artística, cultural e referência na gestão pública.*

3.4. Método

O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) realiza suas atividades:

Método do PGPCI: *por meio da produção e disseminação de práticas inovadoras de gestão das organizações, contratos, programas e políticas públicas que combinam pesquisa aplicada, ensino dos melhores estudantes e atuação profissional com as partes interessadas na resolução dos problemas de interesse público.*

3.5. Valores

Os colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) tem compromisso com os valores da:

- efetividade, somos comprometidos com a solução dos problemas de interesse público;
- integridade, promovemos a mútua confiança entre nossos colaboradores;
- transparência, prezamos pela transparência das nossas ações;
- responsividade, assumimos a responsabilidade por nossos compromissos;
- colaboração, engajamos parceiros dispostos à experimentação (aprendemos com os erros inerentes à inovação).

3.6. Objetivos do PGPCI

O PGPCI tem como missão a formação de profissionais, pesquisadores e professores qualificados em nível de pós-graduação, com capacidade teórico-analítica, visão crítica dos modelos de desenvolvimento em debate no contexto local, regional, nacional e internacional, por meio da produção de conhecimento da gestão pública e da governança internacional, com ênfase nas políticas públicas, na gestão governamental e social e nos processos de cooperação internacional, utilizando metodologias de ensino, pesquisa e extensão inovadoras, que promovam o desenvolvimento de competências para atuar na prática da Gestão Pública em âmbito nacional e internacional, em órgãos da Administração Pública, instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino, organizações não-governamentais, empresas e negócios empreendedores que contribuem para a geração de valor público.

Os objetivos do Programa são:

- Contribuir para a formação de profissionais de alto nível em Gestão Pública e Cooperação Internacional, capazes de atuar nos níveis regional, nacional e internacional, inclusive por meio de projetos de cooperação internacional;
- Desenvolver projetos de elevado impacto social que contribuam para a melhoria da gestão das políticas públicas (formulação, decisão, implementação e avaliação) e das organizações públicas e sociais que geram valor público no Brasil, em especial no Estado da Paraíba e na região nordeste;
- Produzir e disseminar conhecimento especializado de relevante impacto científico, regional, nacional e internacional, na área de Gestão Pública e Cooperação Internacional, com ênfase nas políticas públicas, na gestão das organizações públicas e sociais e na cooperação internacional;
- Formar profissionais de pós-graduação para atuar no ensino e na pesquisa em Gestão Pública e Cooperação Internacional em instituições de educação superior.

Os profissionais formados pelo Programa dispõem das seguintes competências:

- Conhecer o estado da arte da pesquisa e da teoria acadêmica e profissional sobre Gestão pública e Cooperação Internacional;
- Compreender as variações epistemológicas e metodológicas da prática científica no campo das ciências sociais aplicadas;
- Desenvolver estudos nas linhas de pesquisa do Programa utilizando ferramentas metodológicas adequadas e consistentes;
- Atuar e liderar projetos acadêmicos em instituições de educação superior, utilizando estratégias inovadoras de ensino, pesquisa e extensão em Gestão pública e Cooperação Internacional;
- Atuar profissionalmente na assessoria ou na liderança de projetos, organizações e

políticas de interesse público em nível regional, nacional e/ou internacional;

- Desenvolver uma visão internacionalizada, que permita ao profissional conhecer as especificidades das políticas públicas de cunho intergovernamental e de organismos multilaterais.

Considerando os objetivos do PGPCI e o perfil do egresso, a atuação plena do programa viabilizará a articulação de atividades de ensino e pesquisa com potencial de inserção e contribuição para o desenvolvimento acadêmico, social e econômico em níveis regional, nacional e internacional. O nível de desenvolvimento das competências está vinculado ao nível de formação — mestrado ou doutorado —, uma vez que o primeiro (o mestrado) é concebido primordialmente para preparar profissionais para a docência na área de concentração do PGPCI; e o segundo (o doutorado) tem como base a formação de pesquisadores. Entretanto, ambos os cursos atuam na formação de profissionais de alto nível para atuação em organizações públicas, do terceiro setor, empresarial e também em organismos internacionais.

3.7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As ações do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) contribuem, direta e indiretamente, para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente, a Educação de Qualidade (ODS 4), a Redução das Desigualdades (ODS 10), as Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16) e as Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17).

4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO (MATRIZ SWOT)

O diagnóstico estratégico do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI) foi iniciado com base nos apontamentos feitos nas avaliações quadrienais da CAPES (2017 e 2021), quando o Programa recebeu nota 3 – frustrando as expectativas de todos os colaboradores do PGPCI que projetavam uma elevação da nota do programa na avaliação quadrienal de 2021. A partir de 2022, o corpo docente e discente do PGPCI passou por um longo processo de diálogo e debate para avaliar os resultados e as possíveis alternativas para o Programa, considerando até mesmo uma possível alteração da área da CAPES, de Administração Pública (área 27) para Ciência Política e Relações Internacionais (área 39) que aparenta estar mais propensa a avaliar positivamente a produção acadêmica multidisciplinar do Programa.

Em 2023, ocorreu a escolha por aclamação e a posse da nova coordenação do PGPCI que estabeleceu como prioridade do Programa obter conceito 4 na próxima avaliação quadrienal da CAPES e passou a tomar as providências gerenciais necessárias, dentre as quais se destaca a aprovação deste Planejamento Estratégico. Para isso, foram reconstituídas as Comissões de Autoavaliação, Planejamento Estratégico e Revisão da Matriz Curricular do PGPCI que passaram a desenvolver um processo interno, envolvendo docentes, discentes e egressos, para analisar a situação e redefinir a identidade estratégica, os objetivos, as metas e as diretrizes de melhorias de curto, médio e longo prazo do Programa. As informações obtidas pela análise documental e durante as reuniões e consultas internas foram combinadas com as informações obtidas nas pesquisas de autoavaliação, realizadas nos anos de 2020 e 2023, com docentes, discentes e egressos do PGPCI.

Além das consultas internas, também foram realizadas reuniões com docentes e coordenadores de outros Programas de Pós-Graduação (Administração, Ciência Política e Relações Internacionais), dirigentes da UFPB (CCSA e PRPG) e lideranças acadêmicas da área (Sociedade Brasileira de Administração Pública – SBAP e Associação Nacional do Campo de Públicas – ANEPCP), além de parceiros e lideranças profissionais (Secretaria de Estado da Administração, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, etc.), com o propósito de analisar o contexto acadêmico e profissional, externo ao Programa, no qual o PGPCI está inserido. Todas essas informações foram compiladas pela Comissão de Autoavaliação e homologadas pelo Colegiado do PGPCI.

Os resultados subsidiaram a construção da matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) e da respectiva análise do PGPCI, para identificar os pontos fortes e fracos (ambiente interno), as oportunidades e as ameaças (fatores externos), para um horizonte temporal de 5 anos (2024-2028). Os resultados da análise foram utilizados para a definição das ações estratégicas do PGPCI.

Tabela 6. Análise situacional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (Matriz SWOT)

Ambiente Interno	
Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
<p>S1: Perfil do corpo docente</p> <p>S2: Concepção e proposta pedagógica</p> <p>S4: Normas de ingresso, titulação e bolsas estabelecidas</p> <p>S5: Recolocação profissional e acadêmica dos egressos</p> <p>S6: Oferta de interesse de parceiros públicos, sociais e privados</p> <p>S7: Infraestrutura física satisfatória</p> <p>S8: Especialização na cooperação internacional</p> <p>S9: Revista do PGPCI como canal de publicação qualificada</p>	<p>W1: Apoio financeiro</p> <p>W2: Coordenação da produção intra-inter linhas</p> <p>W3: Desequilíbrio na produção intelectual qualificada</p> <p>W4: Internacionalização (baixa mobilidade internacional)</p> <p>W5: Gestão do planejamento</p> <p>W6: Baixo engajamento discente em ações de promoção</p> <p>W7: Dilação dos prazos de defesa</p>
Fatores Externos	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
<p>O1: Elevada demanda por qualificação/serviços na região</p> <p>O2: Visibilidade/atratividade</p> <p>O3: Único programa acadêmico na região</p> <p>O4: Sediado na capital (com mais 2/3 capitais próximas)</p> <p>O5: Participação nas associações (SBAP, ANEPCP, ANPAD)</p> <p>O6: Contexto favorável de financiamento pela União Europeia</p> <p>O7: Capital intelectual especializado no CCSA</p> <p>O8: Maior interesse/fomento da inovação no SP</p> <p>O9: Competitividade do processo seletivo</p> <p>O10: Agenda ODS como fio condutor das ações</p>	<p>T1: Região com pouca disponibilidade de recursos de fomento</p> <p>T2: Descredenciamento pela CAPES (avaliação 3)</p> <p>T3: Redução dos recursos/bolsas (UFPB, FAPESQ, CAPES, CNPq)</p> <p>T4: Redução da atratividade do Programa para os docentes</p> <p>T5: Excesso de carga horária (graduação)</p>

Tabela 7. Alocação dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças de acordo com os principais aspectos do PGPCI/CAPES

Aspectos	Ambiente Interno		Fatores Externos	
	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Programa	S2- concepção e proposta pedagógica S3 - normas de ingresso, titulação e bolsas	W6 – gestão do planejamento	02 – visibilidade/ atratividade 03 – único programa acadêmico da região 04 – sede na capital (entorno regional) 05 – acesso as associações da área	T2 – ameaça de descredenciamento da CAPES
Docente	S1 - perfil docente	W3 – desequilíbrio na publicação qualificada	07 – capital especializado do CCSA	T3 – redução da atratividade do Programa pelos docentes
Ensino		W7 – baixo engajamento discente em ações W8 – dilatação dos prazos de defesa	01 – elevada demanda por qualificação/ capacitação 09 - competitividade do processo seletivo	T4 – excesso de carga horária na graduação
Pesquisa e inovação	S6 – oferta de interesse de parceiros públicos, sociais e privados S9 – revista do PGPCI	W2 – coordenação da produção intra-inter linhas	08 – maior interesse/ fomento da inovação no Setor Público	
Impacto social	S5 - profissional e acadêmica dos egressos		01 – elevada demanda por serviços 09 – agenda ODS como fio condutor das ações	
Articulação	S8 – especialização na	W4 – baixa mobilidade	06 – contexto favorável	

	cooperação internacional		de financiamento na União Europeia	
Financiamento e infraestrutura	S7 - infraestrutura física satisfatória	W1 – apoio financeiro		T1 – região com pouca disponibilidade de recursos de fomento T2 – redução dos recursos disponíveis a pesquisa

As ações estratégicas propostas pelo PGPCI resultam da análise das Forças (S) e Fraquezas (W), Oportunidades (O) e Ameaças (T), consideradas a diante como ações ofensivas (S+O), ações defensivas (S+T), debilidades (W+O), vulnerabilidades (W+T), ações ofensivas para debilidades e vulnerabilidades e ações defensivas para debilidades e vulnerabilidades.

4.1. Ações Ofensivas (combinação entre S e O):

- OF1: Ampliar a cooperação docente interna com outros Programas do CCSA/UFPB para fortalecer as linhas de pesquisa do Programa, aproximando o PGPCI dos maiores departamentos do centro, as unidades que dispõem de capital intelectual especializado disponível. Considerar a possibilidade de fundir e/ou criar uma nova linha de pesquisa para atrair talentos qualificados dos departamentos de Economia, Contabilidade e Finanças que atuam no PPESP e no PPGCC. Mapear ativamente docentes qualificados, lotados nas universidades da região, para fortalecer o corpo docente.
- OF2: Usar a posição estratégica do Programa e a sua infraestrutura disponível para ampliar e firmar parcerias para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com apoio de instituições públicas, empresas, ONGs e grupos internacionais; contribuir na resolução de problemas sociais de alto impacto social, propondo soluções técnicas aplicadas à realidade social local e regional.

4.2. Ações Defensivas (combinação entre S e T):

- DF1: estabelecer parcerias formais, por meio dos grupos de pesquisa, com órgãos públicos, sociais e privados da região que contribuam para elevar o impacto social e contribuir para o fomento das ações de pesquisa;
- DF2: tornar o Programa mais atrativo para incentivar o credenciamento docente qualificado que esteja lotado em qualquer região do país ou do exterior, privilegiando o credenciamento exclusivo no PGPCI;
- DF4: demonstrar a alta direção da UFPB a sobrecarga dos profissionais docentes do PGPCI e sensibilizá-los sobre a necessidade de apoiar a excelência acadêmica do corpo docente, conforme disposto nos instrumentos de planejamento da instituição;

4.3. Debilidades (combinação de W e O):

- DB1: aproveitar a elevada competitividade do processo seletivo para recrutar um corpo discente de excelência acadêmica, engajada com a pesquisa científica de qualidade e melhoria contínua de Programa (evitando o perfil de candidatos oriundos do serviço público que buscam exclusivamente a titulação para fins de progressão funcional);
- DB2: explorar as redes de contato junto as associações acadêmicas e profissionais para promover ações de cooperação e internacionalização de alto impacto e reduzido custo financeiro (aproveitando-se de iniciativas em andamento);
- DB3: aproveitar o contexto internacional favorável de fomento a internacionalização para atrair acadêmicos europeus e promover agendas comuns de pesquisa;
- DB4: fortalecer as ações de melhoria gerencial, engajando todos os docentes e discentes na implementação das ações de aprimoramento;

4.4. Vulnerabilidades (combinação W e T):

- VU1: investir na atração de recursos (públicos e privados) advindos da prestação de serviços técnicos especializados que contribuam para gerar produtos advindos da colaboração intra-extra linhas de pesquisa do Programa;
- VU2: utilizar as novas vagas de concurso do CCSA de forma estratégica para recrutar docentes qualificados e preparados para ingressar no PGPCI;
- VU3: aproveitar a situação de vulnerabilidade (risco de descredenciamento pela CAPES) para mobilizar docentes/discentes em favor das mudanças necessárias a manutenção e aprimoramento do Programa;
- VU4: aprimorar o monitoramento do desempenho docente/discente para instituir um sistema de gestão orientado para o alto desempenho acadêmico de todos os colaboradores do PGPCI.

Com base nos resultados da análise, procedeu-se com a definição dos objetivos estratégicos do Programa, as metas, estratégias e o plano de ação, apresentados a seguir.

5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA

Os objetivos estratégicos foram formulados para cada dimensão de avaliação (Programa, Docente, Ensino, Pesquisa/Inovação, Impacto Social, Financiamento/Infraestrutura e Articulação), conforme descrito a seguir:

Dimensão programa: o suporte institucional necessário a implementação das atividades acadêmicas, incluindo a gestão dos processos acadêmicos, a organização didática e a normatização necessárias ao desenvolvimento das ações do Programa.

Dimensão docente: os recursos humanos necessários a provisão dos serviços de ensino, pesquisa e extensão de excelência ofertados pelo Programa, incluindo o recrutamento, a retenção e a capacitação permanente dos melhores profissionais.

Dimensão ensino: a oferta qualificada das disciplinas e das atividades complementares necessárias ao desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências dos alunos do Programa,

Dimensão pesquisa e inovação: o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação necessários a geração de novos conhecimentos e produtos, com relevante impacto científico e produtivo.

Dimensão impacto social: orientação para o atendimento das necessidades vinculadas as demandas dos parceiros locais e regionais que promovem o desenvolvimento econômico e social da região.

Dimensão articulação: a constituição de redes, nacionais e internacionais, de compartilhamento de recursos para o atingimento de metas comuns de ensino, pesquisa e extensão, orientadas para o impacto social.

Dimensão financiamento e infraestrutura: o apoio material e financeiro necessário ao desenvolvimento sustentável das ações do Programa.

5.1. Definição dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais do PGPCI

A seguir, são descritos os objetivos estratégicos, os objetivos táticos e os objetivos operacionais, conforme a dimensão de avaliação do Programa para o período de 4 anos (2024-2028).

Tabela 8. Objetivos estratégicos, táticos e operacionais.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Táticos	Objetivos Operacionais
<p>Programa Instituir o melhor programa acadêmico de pós-graduação em gestão pública da região nordeste, capaz de ofertar cursos de mestrado e doutorado que articulam a ação pública à nível nacional e internacional direcionadas a promoção do desenvolvimento regional sustentável</p>	<p>1.1. Revisar anualmente a adequação da matriz curricular do Programa 1.2. Reavaliar o potencial de crescimento do PGPCI na área de avaliação 27 (considerar mudança para a área 39)</p>	<p>1.1.1. Revisar a Matriz Curricular do PGPCI 1.2.1. Reavaliar o credenciamento na área 27</p>
<p>Docente Reunir os melhores profissionais docentes, capazes de desenvolver ações avançadas de ensino, pesquisa e extensão na área de gestão pública e cooperação internacional</p>	<p>2.1. Incentivar o credenciamento de docentes especializados, lotados na região 2.2. Viabilizar a realização de estágios pós-doutorais no PGPCI 2.3. Incentivar uma oferta diversa de disciplinas 2.4. Criar um ambiente de trabalho atrativo para novos docentes 2.5. Instituir uma política de gestão por desempenho que apoie a produção qualificada, descredencie docentes de baixa produtividade e recrute/recredencie docentes de alta produtividade 2.6. Viabilizar novas contratações de professores qualificados para o ingresso no PGPCI</p>	<p>2.1.1. Instituir força tarefa para pesquisar potenciais talentos, divulgar o Programa e conduzir processo de seleção (anual) 2.2.1. Submeter proposta de bolsa de pós-doutorado para as agências de fomento (anual) 2.3. Inserir requisito de diversidade de oferta de disciplinas na Resolução de Credenciamento/Recredenciamento Docente 2.4.1. Formular recomendações de melhoria do ambiente de trabalho e propor política de incentivos 2.5.1. Comissão Permanente de Avaliação Docente emitir parecer (semestral) 2.6.1. Realizar ação formal de sensibilização junto as instâncias superiores da UFPB para assegurar novas contratações (anual)</p>

<p>Ensino</p> <p>Contribuir para a formação de profissionais de alto nível em Gestão Pública e Cooperação Internacional, capazes de atuar com excelência na resolução dos problemas sociais</p>	<p>3.1. Realizar um amplo processo seletivo (online), capaz de recrutar os melhores candidatos</p> <p>3.2. Ampliar e qualificar a oferta de disciplinas do PGPCI, vinculando-as a produção acadêmico-científica de alto impacto</p>	<p>3.1.1. Constituir a Comissão de Seleção até o mês de outubro e publicar o Edital até o mês de dezembro, observando o equilíbrio entre as linhas (anual)</p> <p>3.1.2. Assegurar que todas as etapas de seleção possam ser realizadas online, com ampla divulgação, segurança e impessoalidade (anual)</p> <p>3.2.1. Homologar no colegiado o plano anual de oferta docente, incentivando uma oferta diversificada de disciplinas orientadas para a produção qualificada (anual)</p> <p>3.2.2. Publicar o caderno de disciplinas (semestral)</p>
<p>Pesquisa e Inovação</p> <p>Produzir e disseminar conhecimento especializado de relevante impacto científico, regional, nacional e internacional, na área de Gestão Pública e Cooperação Internacional, com ênfase nas políticas públicas, na gestão das organizações públicas e sociais e na cooperação internacional</p>	<p>4.1. Incentivar a produção científica de alto impacto científico</p> <p>4.2. Mapear as necessidades de inovação dos parceiros (públicos, sociais e privados) da região para orientar a produção acadêmica do PGPCI</p> <p>4.3. Orientar a avaliação acadêmica para a produção qualificada nas disciplinas</p> <p>4.4. Fomentar a participação docente/discente nos principais eventos científicos</p> <p>4.5. Fortalecer a produção científica dos grupos de pesquisa do PGPCI</p>	<p>4.1.1. Disponibilizar os recursos necessários a publicação de artigos científicos de alto impacto</p> <p>4.1.2. Compatibilizar agendas de pesquisa intra-entre linhas de pesquisa para publicação conjunta</p> <p>4.2.1. Produzir relatório de levantamento das necessidades dos potenciais parceiros (anual)</p> <p>4.2.2. Orientar a oferta de disciplinas as necessidades dos parceiros (anual)</p> <p>4.3.1. Revisar os planos de ensino das disciplinas – conteúdo e metodologia (anual)</p> <p>4.3.2. Assegurar que os docentes e discentes estejam vinculados aos grupo de pesquisa do PGPCI</p>
<p>Impacto Social</p> <p>Desenvolver projetos de elevado impacto social que contribuam para a melhoria da gestão das políticas públicas (formulação, decisão,</p>	<p>5.1. Vincular as ações dos grupos de pesquisa as necessidades dos parceiros regionais do PGPCI</p> <p>5.2. Promover ações de disseminação qualificada do conhecimento produzido no PGPCI</p>	<p>5.1.1. Promover a formalização de acordos de cooperação técnica e/ou de parceria</p> <p>5.2.1. Realizar seminário regional do PGPCI (anual)</p>

<p>implementação e avaliação) e das organizações públicas e sociais que geram valor público no Brasil, em especial no estado da Paraíba e na região nordeste</p>	<p>5.3. Facilitar a (re)inserção acadêmica e/ou profissional dos egressos</p>	<p>5.3.1. Manter uma rede ativa de profissionais egressos</p> <p>5.3.2. Promover a manutenção de vínculo temporário de professor voluntário de, ao menos, um egresso por linha de pesquisa nos departamentos de interesse (DGP, DRI, DA)</p>
<p>Articulação</p> <p>Fomentar o estabelecimento das redes de colaboração acadêmica e profissional, nacional e internacional, capazes de apoiar a realização dos objetivos do Programa</p>	<p>6.1. Incentivar a matrícula de disciplinas optativas em PPGs próximos (CPRI, ADM, CONT, ECO, DIR)</p> <p>6.2. Estabelecer parceria para a dupla titulação com instituições nacionais/internacionais</p> <p>6.3. Firmar acordos de cooperação para a mobilidade acadêmica internacional (docente/discente) em instituições-chave</p>	<p>6.1.1. Alinhar os calendários acadêmicos e divulgar a oferta de disciplinas de interesse para o corpo discente (semestral)</p> <p>6.2.1. Viabilizar parcerias para dupla-titulação, preferencialmente, na região nordeste</p> <p>6.3.1. Integrar rede internacional de mobilidade na área de GPCI (anual)</p> <p>6.3.2. Promover a mobilidade acadêmica de docente/discente (anual)</p>
<p>Financiamento e Infraestrutura</p> <p>Assegurar os recursos financeiros e materiais necessários a execução tempestiva e de alto desempenho das ações do PGPCI</p>	<p>7.1. Submeter projetos amplos e competitivos de pesquisa as agências de fomento</p> <p>7.2. Assegurar o uso pleno dos recursos PROAP, de acordo com as metas do Planejamento Estratégico</p> <p>7.3. Estabelecer acordos de parceria ou convênios de prestação de serviços que permitam fomentar as atividades dos grupos de pesquisa do PGPCI</p>	<p>7.1.1. Submeter projetos de pesquisa com ampla participação de docentes/discentes do PGPCI (anual)</p> <p>7.2.1. Alocar adequadamente o orçamento do Programa para garantir maior efetividade e assegurar sua plena utilização</p> <p>7.3.1. Instituir uma política de contraprestação financeira para os acordos, contratos, convênios firmados pelo PGPCI</p>

6. METAS, ESTRATÉGIAS E PLANOS DE AÇÃO

Uma vez definidos os objetivos operacionais, procedeu-se com a definição das metas, estratégias e planos de ação para cada objetivo pré-estabelecido.

Tabela 4. Metas, estratégias e planos de ações em consonância com os objetivos operacionais do programa de cada aspecto.

Dimensão	Objetivos operacionais	Metas	Estratégias
Programa	<p>1.1.1. Revisar a Matriz Curricular do PGPCI</p> <p>1.2.1. Reavaliar o credenciamento na área 27</p>	<p>M1. Matriz curricular do PGPCI atualizada</p> <p>M2. Aprovar as políticas exigidas pela área 27 da CAPES</p>	<p>E1. Instituir a Comissão de Revisão da Matriz Curricular (reestruturação do PPG, a partir do novo planejamento estratégico)</p> <p>E2. Comissão de Autoavaliação consultará as lideranças da área 27 e 39 da CAPES, procederá a autoavaliação e formulará parecer fundamentado</p>
Docente	<p>2.1.1. Instituir força tarefa para pesquisar potenciais talentos , divulgar o Programa e conduzir processo de seleção (anual)</p> <p>2.2.1. Submeter proposta de bolsa de pós-doutorado (ou professor visitante) para as agências de fomento (anual)</p> <p>2.3. Inserir requisito de diversidade de oferta de disciplinas na Resolução de Credenciamento/ Recredenciamento Docente</p> <p>2.4.1. Formular recomendações de melhoria do ambiente de trabalho e propor política de incentivos</p>	<p>M3. Docentes credenciados/recredenciados</p> <p>M4. Projeto submetido</p> <p>M5. Resolução atualizada</p> <p>M6. Política de incentivos docentes</p> <p>M7. Relatórios semestrais de monitoramento homologados</p> <p>M8. Novas contratações do CCSA estão aptas ao credenciamento no</p>	<p>E3. Instituir Comissão de Credenciamento com liderança acadêmica capaz de realizar as ações preparatórias e de mobilização</p> <p>E4. Instituir força-tarefa capaz de levantar os requisitos e formular proposta competitiva</p> <p>E5. Instituir força-tarefa capaz de levantar os requisitos e formular nova resolução</p> <p>E6. Solicitar a Comissão de Credenciamento que elabore uma política de incentivos a docência</p> <p>E7. Comissão de Credenciamento elabora parecer semestral de monitoramento docente</p> <p>E8. Comissão de Credenciamento desenvolve ações de sensibilização junto</p>

	<p>2.5.1. Emitir parecer de monitoramento (semestral)</p> <p>2.6.1. Realizar ação formal de sensibilização junto as instâncias superiores da UFPB para assegurar novas contratações (anual)</p>	PGPCI	aos departamentos, direção de centro e demais instâncias universitárias para assegurar que as novas contratações docentes do CCSA estejam aptas ao credenciamento no PGPCI
Ensino	<p>3.1.1. Constituir a Comissão de Seleção até o mês de outubro e publicar o Edital até o mês de dezembro, observando o equilíbrio entre as linhas (anual)</p> <p>3.1.2. Assegurar que todas as etapas de seleção possam ser realizadas online, com ampla divulgação, segurança e impessoalidade (anual)</p> <p>3.2.1. Homologar no colegiado o plano anual de oferta docente, incentivando uma oferta diversificada de disciplinas orientadas para a produção qualificada (anual)</p> <p>3.2.2. Publicar o caderno de disciplinas (semestral)</p>	<p>M9. Edital de seleção publicado anualmente até dezembro</p> <p>M10. Ao menos 50% de candidatos residentes fora de João Pessoa</p> <p>M11. Oferta de disciplinas homologada pelo colegiado</p> <p>M12. Caderno de disciplinas publicado semestralmente (antes do período de matrícula)</p>	<p>E9. Comissão de seleção é instituída até outubro e submete a minuta de edital ao colegiado até novembro de cada ano</p> <p>E10. Comissão de seleção minuta um edital que assegura a participação online e dá ampla divulgação nacional</p> <p>E11. Todos os docentes revisam os seus planos de ensino e submetem ao colegiado</p> <p>E12. Todos os docentes submetem seus planos de ensino tempestivamente ao colegiado</p>
Pesquisa e Inovação	<p>4.1.1. Disponibilizar os recursos necessários a publicação de artigos científicos de alto impacto e produtos técnicos e tecnológicos</p> <p>4.1.2. Compatibilizar agendas de pesquisa intra-entre linhas de pesquisa para publicação conjunta</p> <p>4.2.1. Produzir relatório de levantamento das necessidades dos potenciais parceiros (anual)</p>	<p>M13. 75% dos docentes cumprem integralmente os requisitos de produção científica qualificada em periódicos</p> <p>M14. 02 produtos técnicos/ tecnológicos (área 27/CAPES) concluídos por ano, por docente</p> <p>M15. 50% da produção científica em co-autoria com docentes/discentes</p>	<p>E13. Todos os docentes compartilham sua agenda de pesquisa e recebem apoio dos demais para aperfeiçoar os artigos</p> <p>E14. Todos os docentes compartilham sua agenda de pesquisa e recebem apoio dos demais para desenvolver os artigos</p> <p>M15. Todos os grupos de pesquisa do PGPCI realizam o levantamento e (re)direcionam atuação</p>

	<p>4.2.2. Orientar a oferta de disciplinas as necessidades dos parceiros (anual)</p> <p>4.3.1. Revisar os planos de ensino das disciplinas – conteúdo e metodologia (anual)</p> <p>4.3.2. Assegurar que os docentes e discentes estejam vinculados aos grupos de pesquisa do PGPCI</p>	<p>do PGPCI</p> <p>M16. 25% da produção acadêmica anual deriva do atendimento as necessidades dos parceiros</p> <p>M17. 50% das disciplinas/conteúdos respondem as necessidades apontadas pelos parceiros</p> <p>M18. 100% dos discentes/docentes do PGPCI vinculados a grupos de pesquisa do PGPCI</p>	<p>E16. Todos os grupos de pesquisa do PGPCI realizam o levantamento e revisam a oferta de disciplinas para atender os parceiros</p> <p>E17. Grupos de pesquisa divulgam suas atividades e recrutam novos pesquisadores entre os ingressantes do PGPCI</p>
Impacto Social	<p>5.1.1. Promover a formalização de acordos de cooperação técnica e/ou de parceria com os grupos de pesquisa do PGPCI</p> <p>5.2.1. Realizar seminário regional do PGPCI (anual)</p> <p>5.3.1. Manter uma rede ativa de profissionais egressos</p> <p>5.3.2. Promover a manutenção de vínculo temporário de professor voluntário de, ao menos, um egresso por linha de pesquisa nos departamentos de interesse (DGP, DRI, DA)</p>	<p>M19. 100% dos grupos de pesquisa do PGPCI com acordos de parceria firmados</p> <p>M20. 01 seminário regional anual do PGPCI realizado</p> <p>M21. Rede de egressos formalmente instituída</p> <p>M22. 3 egressos do PGPCI atuando com vínculo de professor voluntário no DGP, DRI e/ou DA.</p> <p>M23. 50% das vagas de aluno especial são direcionadas a capacitação de parceiros</p>	<p>E18. Grupos de pesquisa do PGPCI contatam seus parceiros, propoem e negociam formalização.</p> <p>E19. Representantes discentes organizam com apoio da Coordenação um seminário regional</p> <p>E20. Rede informal de egressos é formalizada, sob a coordenação da representação discente</p> <p>E21. Força tarefa aprova política, sensibiliza as chefias departamentais e os egressos e orienta a elaboração de planos individuais de atividades</p>
Articulação	<p>6.1.1. Alinhar os calendários acadêmicos e divulgar a oferta de disciplinas de interesse</p>	<p>M24. 20% dos discentes matriculados em disciplinas</p>	<p>E22. Secretaria monitora e divulga a oferta de PPGs próximos. Coordenação propõe</p>

	<p>para o corpo discente (semestral)</p> <p>6.2.1. Viabilizar parcerias para dupla-titulação, preferencialmente, na região nordeste</p> <p>6.3.1. Integrar rede internacional de mobilidade na área de GPCI (anual)</p> <p>6.3.2. Promover a mobilidade acadêmica de docente/discente (anual)</p>	<p>optativas dos PPGs próximos</p> <p>M25. 01 parceria de dupla titulação estabelecida até 2028</p> <p>M26. Integração a 01 rede internacional de pesquisa até 2026</p> <p>M27. 02 docentes/discentes realizam mobilidade internacional por ano</p>	<p>calendário acadêmico similar</p> <p>E23. Força-tarefa realiza levantamento, estabelece contato e instrui a formalização da parceria para dupla-titulação</p> <p>E24. Força tarefa realiza levantamento, estabelece contato e instrui o ingresso a rede internacional</p> <p>E25. Todos os docentes/discentes manifestam eventual interesse e formalizam plano de atividades com instituição parceira</p>
Financiamento/ Infraestrutura	<p>7.1.1. Submeter projetos de pesquisa com ampla participação de docentes/discentes do PGPCI (anual)</p> <p>7.2.1. Alocar adequadamente o orçamento do Programa para garantir maior efetividade e assegurar sua plena utilização</p> <p>7.3.1. Instituir uma política de contraprestação financeira para os acordos, contratos, convênios firmados pelo PGPCI</p>	<p>M28. 100% dos docentes desenvolvem projeto de pesquisa financiada com participação de docente/discente do PGPCI</p> <p>M29. 100% dos recursos PROAP são executados</p> <p>M30. 50% dos grupos de pesquisa desenvolvem projeto de pesquisa financiado</p>	<p>E26.1. Todos os docentes executam projetos PIBIC/PIVIC</p> <p>E26.2. 50% dos docentes integram projetos de pesquisa conjunta docente/discente</p> <p>E27. Coordenação/colegiado alocam recursos nas rubricas orçamentárias adequadas e úteis ao alcance das metas do PGPCI</p> <p>E28. Grupos de pesquisa do PGPCI submetem e aprovam projetos nas agências de fomento</p>

6.1. Planos de Ação

A partir das metas estabelecidas, foram traçados planos de ação que identificam a forma de execução das atividades, os responsáveis, o custo e os prazos.

DIMENSÃO PROGRAMA	
Meta 1: Matriz curricular do PGPCI atualizada	
Plano de ação. A partir da parcela do núcleo docente permanente que atende integralmente os requisitos de produção da CAPES, formular a proposta de reestruturação curricular do PGPCI, considerando as metas deste planejamento e o perfil do corpo docente permanente que atende integralmente os requisitos de produção da CAPES. Submeter a proposta a consulta pública e aprovar a proposta na forma de um novo Regimento.	
Responsável: Comissão de Revisão da Matriz Curricular	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: junho de 2024	
Situação atual: matriz desatualizada (em relação ao perfil docente e as metas de planejamento)	Situação desejada: matriz atualizada (em relação ao perfil docente e as metas de planejamento)

Meta 2: Aprovar as políticas exigidas pela área 27 da CAPES	
Plano de ação. Elaborar relatório e convocar reuniões de colegiado do Programa para a discussão e aprovação das políticas exigidas pela área 27 da CAPES (política de constituição das comissões examinadoras de dissertações e teses, política de autoavaliação, política de acompanhamento de egressos do PPG, política de incentivo ao impacto da produção intelectual do PPG, política de incentivo à inovação, de transferência de conhecimentos e de impacto social do PPG, política de internacionalização do PPG)	
Responsável: Comissões ad hoc / Colegiado do PGPCI	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: dezembro de 2024	
Situação atual: sem políticas específicas, para além dos dispositivos previstos no Regimento Interno do PGPCI (2023)	Situação desejada: políticas aprovadas até novembro de 2024

DIMENSÃO DOCENTE	
Meta 3: Docentes anualmente credenciados/recredenciados	
Plano de ação. Comissão de credenciamento e recredenciamento, conforme resolução do PGPCI, lança edital e emite relatório anual de credenciamento de novos docentes e descredenciamento de docentes que não atendem aos requisitos mínimos de produção científica em periódicos.	
Responsável: Comissão de Credenciamento Docente	

Recursos: Não se aplica.	
Prazos: anualmente (relatório aprovado até o mês de junho)	
Situação atual: 52% docentes (permanentes e colaboradores) atendem os requisitos quali-quantitativos de produção científica em periódicos	Situação desejada: : 90% dos docentes (permanentes e colaboradores) atendem os requisitos quali-quantitativos de produção científica em periódicos

Meta 4: Projeto submetido (pós-doutorado ou professor visitante)	
Plano de ação. Comissão Especial formula a proposta, a partir das áreas temáticas de interesse do PPG. Proposta, uma vez aprovada pela agência de fomento, autoriza a publicação de Edital. O supervisor do pós-doutorado acompanha e submete relatórios semestrais ao colegiado.	
Responsável: Comissão Especial (conforme Edital FAPESQ etc.)	
Recursos: Não se aplica.	
Prazos: anualmente	
Situação atual: 01 pesquisador(a) de pós-doutorado	Situação desejada: manter, no mínimo, 01 pesquisador(a) de pós-doutorado credenciado

Meta 5: Resolução atualizada (Resolução de credenciamento, reconhecimento e descredenciamento)	
Plano de ação. A comissão constituída elabora minuta, submetida a consulta pública docente/discente, aprovada pelo Colegiado	
Responsável: Comissão de Credenciamento, Reconhecimento e Descredenciamento	
Recursos: Não se aplica.	
Prazos: bianual	
Situação atual: resolução publicada em 2022	Situação desejada: resolução atualizada em 2024

Meta 6: Política de incentivos docentes	
Plano de ação. Comissão especial minuta a política e submete a consulta pelo corpo docente e discente. Após revisão, a política é submetida a aprovação do colegiado do PPG.	
Responsável: Comissão Especial	
Recursos: Não se aplica.	
Prazos: 2024	
Situação atual: sem política de incentivos docentes	Situação desejada: política publicada

Meta 7: Relatórios semestrais de monitoramento homologados	
Plano de ação. Docentes submetem relatórios semestrais, avaliados pela Comissão de Credenciamento	

Responsável: Docentes / Comissão de Credenciamento Docente	
Recursos: Não se aplica.	
Prazos: semestral	
Situação atual: relatório anual	Situação desejada: : relatório semestral

Meta 8: Novas contratações do CCSA estão aptas ao credenciamento no PGPCI	
Plano de ação. Coordenação estabelece diálogo com os departamentos para comunicar a demanda docente do PPG e monitora a aprovação de processos de contratação no colegiado do CCSA.	
Responsável: Coordenação	
Recursos: Não se aplica.	
Prazos: permanente	
Situação atual: sem comunicação e monitoramento (2023)	Situação desejada: : com comunicação e monitoramento

DIMENSÃO ENSINO	
Meta 9: Edital de seleção publicado anualmente até dezembro	
Plano de ação. A coordenação designa a Comissão de Seleção até outubro de cada ano. A Comissão de Seleção submete a minuta do Edital ao colegiado até novembro de cada ano. O colegiado aprova e a coordenação publica o Edital no mês de dezembro de cada ano. Comissão de Seleção divulga amplamente o Edital entre os parceiros do PGPCI.	
Responsável: Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: anual	
Situação atual: Editais publicados no prazo (até dezembro)	Situação desejada: Editais publicados no prazo (até dezembro)

Meta 10: Ao menos 50% dos candidatos são residentes de fora de João Pessoa	
Plano de ação. A Comissão de seleção assegura (incluindo no Edital) que o processo seletivo possa ser realizado online (para atrair candidatos de fora). Além disso, realiza ampla campanha de divulgação em cursos de bacharelado de todo o país.	
Responsável: Comissão de Seleção	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: anual	
Situação atual: 38% dos ingressantes residiam fora de João Pessoa (2023)	Situação desejada: 50% dos ingressantes residiam fora de João Pessoa (2025, 2026, 2027 e 2028)

Meta 11: Oferta anual de disciplinas homologada pelo colegiado	
Plano de ação. A Coordenação apresenta proposta anual de alocação de disciplinas.	
Responsável: Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: anual	
Situação atual: oferta semestral de disciplinas (2023)	Situação desejada: oferta anual de disciplinas

Meta 12: Caderno de disciplinas publicado semestralmente (antes do período de matrícula)	
Plano de ação. Os docentes encaminham os planos de ensino com 30 dias de antecedência para que a coordenação possa compilar o Caderno de Disciplinas	
Responsável: Docentes do PPG	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: semestral	
Situação atual: sem caderno de disciplinas (2023)	Situação desejada: caderno de disciplinas publicado

DIMENSÃO PESQUISA

Meta 13: 75% dos docentes cumprem integralmente os requisitos de produção científica qualificada	
Plano de ação. Docentes do PPG convidam docentes/discentes do PPG para integrar as pesquisas (grupos de pesquisa) e realizar a publicação conjunta em periódicos científicos qualificados	
Responsável: Docentes / Grupos de Pesquisa / Comissão de Credenciamento	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: semestral	
Situação atual: 50% da produção científica qualificada do corpo docente têm a participação de outros docentes/discentes do PGPCI	Situação desejada: 90% da produção científica qualificada do corpo docente têm a participação de outros docentes/discentes do PGPCI

Meta 14: 02 produtos técnicos/ tecnológicos (área 27/CAPES) concluídos por ano, por docente	
Plano de ação. Grupos de pesquisa, coordenados por docentes do PGPCI, elaboram produtos técnicos/tecnológicos, definidos conforme área 27/CAPES. Comissão de credenciamento monitora e registra a produção.	
Responsável: Docentes / Grupos de Pesquisa / Comissão de Credenciamento	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: semestral	

Situação atual: 30% dos docentes credenciados concluíram 2 produtos técnicos/tecnológicos (2023)	Situação desejada: 100% dos docentes credenciados concluem 2 produtos técnicos/tecnológicos, por ano.
---	--

Meta 15: 50% da produção científica em co-autoria com docentes/discentes do PGPCI	
Plano de ação. Docentes do PPG convidam docentes/discentes do PPG para integrar as pesquisas (grupos de pesquisa) e realizar a publicação conjunta em periódicos científicos qualificados	
Responsável: Docentes / Grupos de Pesquisa / Comissão de Credenciamento	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: semestral	
Situação atual: 25% da produção científica qualificada do corpo docente têm a participação de outros docentes/discentes do PGPCI	Situação desejada: 50% da produção científica qualificada do corpo docente têm a participação de outros docentes/discentes do PGPCI

Meta 16: 25% da produção intelectual do PGPCI deriva do atendimento as necessidades de parceiros institucionais	
Plano de ação. Docentes do PPG integram redes institucionais formais com parceiros do PPG e elaboram, no âmbito de seus grupos de pesquisa, produtos científicos e/ou técnicos para atender suas necessidades	
Responsável: Docentes / Grupos de Pesquisa / Comissão de Credenciamento	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: anual	
Situação atual: 10% da produção intelectual do PGPCI deriva do atendimento as necessidades de parceiros institucionais (2023)	Situação desejada: 25% da produção intelectual do PGPCI deriva do atendimento as necessidades de parceiros institucionais

Meta 17: 50% das disciplinas/conteúdos respondem as necessidades apontadas pelos parceiros	
Plano de ação. Docentes do PPG ofertam disciplinas que atendem as necessidades dos parceiros institucionais do PPG (ações de extensão, pesquisa ou ensino). Os planos de ensino mencionam os parceiros, as ações e os resultados previstos. Os planos de ensino são publicados semestralmente.	
Responsável: Docentes	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: anual	
Situação atual: as disciplinas não atendem as necessidades dos parceiros institucionais do PGPCI (2023)	Situação desejada: 50% das disciplinas/conteúdos respondem as necessidades apontadas pelos parceiros

Meta 18: 100% dos discentes/docentes do PGPCI vinculados a grupos de pesquisa do PGPCI	
Plano de ação. Orientadores convidam orientandos a ingressar nos seus grupos de pesquisa e monitoram a vinculação discentes a outros grupos de pesquisa (assegurando-se de que os discentes está credenciado, ao menos, a um grupo de pesquisa do PGPCI)	
Responsável: Docentes Orientadores	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: permanente	
Situação atual: 50% dos discentes estão credenciados em grupos de pesquisa do PGPCI (2023)	Situação desejada: 100% discentes estão credenciados em grupos de pesquisa do PGPCI

DIMENSÃO IMPACTO SOCIAL	
Meta 19: 100% dos grupos de pesquisa do PGPCI com acordos de parceria firmados	
Plano de ação. Docentes líderes de grupos de pesquisa credenciado ao PGPCI informam periodicamente a coordenação sobre acordos formais com parceiros institucionais (protocolos, acordos, convênios etc.).	
Responsável: Docentes (líderes de grupos de pesquisa) / Discentes (representação discente)	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: permanente	
Situação atual: 20% dos grupos de pesquisa do PGPCI dispõem de acordo de parceria institucional (2023)	Situação desejada: 100% dos grupo de pesquisa do PGPCI dispõem de acordo de parceria institucional

Meta 20: Realizar o seminário regional anual do PGPCI	
Plano de ação. Docentes líderes de grupos de pesquisa credenciado ao PGPCI informam periodicamente a coordenação sobre acordos formais com parceiros institucionais (protocolos, acordos, convênios etc.).	
Responsável: Discentes (representação discente)	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: anual	
Situação atual: seminário regional anual do PGPCI não foi realizado (2023)	Situação desejada: seminário regional anual do PGPCI realizado (2023)

Meta 21: Rede de egressos formalmente instituída	
Plano de ação. Representação discente institui a rede de egressos do programa e promove eventos para mobilização, <i>networking</i> e apoio a inserção acadêmica e profissional	
Responsável: Discentes (representação discente)	
Recursos: Não se aplica	

Prazos: permanente	
Situação atual: rede de egressos não foi constituída (2023)	Situação desejada: rede de egressos não foi constituída

Meta 22: 3 egressos do PGPCI atuando com vínculo de professor voluntário no DGP, DRI e/ou DA (desenvolvendo ações de apoio ao ensino, a pesquisa e/ou extensão)	
Plano de ação. Representação discente realiza o levantamento de capacidades e media a abertura de edital de seleção juntos aos departamentos vinculados ao PGPCI. A coordenação presta o apoio institucional necessário.	
Responsável: Discentes (representação discente) / Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: permanente	
Situação atual: rede de egressos não foi constituída (2023)	Situação desejada: rede de egressos não foi constituída

Meta 23: 50% das vagas de aluno especial são direcionadas a capacitação de parceiros	
Plano de ação. Docentes reservam 50% das vagas de aluno especial para candidatos com carta de recomendação de parceiros institucionais do PGPCI	
Responsável: Docentes / Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: semestral	
Situação atual: não há reserva de vagas de alunos especial para candidatos que representem parceiros institucionais do PGPCI	Situação desejada: 50% das vagas de aluno especial são ocupadas por representantes de parceiros institucionais do PGPCI

DIMENSÃO ARTICULAÇÃO

Meta 24: 20% dos discentes matriculados em disciplinas optativas dos PPGs próximos	
Plano de ação. Representação discente divulga a oferta e as condições de matrícula de PPGs próximos. Discentes interessados realizam a matrícula (com autorização dos orientadores).	
Responsável: Discentes (representação discente)	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: semestral	
Situação atual: 5% dos discentes do PGPCI cursaram disciplinas em PPGs próximos (2023)	Situação desejada: 20% dos discentes do PGPCI cursaram disciplinas em PPGs próximos

Meta 25: 01 parceria de dupla titulação estabelecida

Plano de ação. Coordenação realizará estudo e apresentará proposta para viabilizar a dupla titulação. Após revisão da matriz curricular e demais normas do programa, a dupla-titulação é aprovada e implementada.	
Responsável: Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazo: 2028	
Situação atual: não há a possibilidade de dupla-titulação no PGPCI (2023)	Situação desejada: possibilidade de dupla-titulação é disponibilizada aos discentes (2028)

Meta 26: Integração a uma rede internacional de pesquisa/ensino	
Plano de ação. Coordenação realizará estudo e apresentará proposta para viabilizar a inserção formal do PGPCI em uma rede internacional de pesquisa/ensino. Após revisão da matriz curricular e demais normas do programa, a integração é aprovada e implementada.	
Responsável: Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazo: 2026	
Situação atual: o PGPCI não integra nenhuma rede internacional de pesquisa/ensino (2023)	Situação desejada: o PGPCI integra uma rede internacional de pesquisa/ensino (2026)

Meta 27: 02 docentes/discentes realizam mobilidade internacional por ano	
Plano de ação. Com apoio das agências de fomento, discentes/docentes submetem projetos para realizar mobilidade internacional. Após aprovação, coordenação apoia a realização da mobilidade flexibilizando requisitos (se necessário) e prestando apoio institucional.	
Responsável: Discentes / Docentes / Colegiado	
Recursos: Não se aplica	
Prazo: anual	
Situação atual: nenhum discente/docente do PGPCI realizou mobilidade internacional (2023)	Situação desejada: 2 discentes/docentes do PGPCI realizam anualmente mobilidade internacional

DIMENSÃO FINANCIAMENTO	
Meta 28: 100% dos docentes desenvolvem projeto de pesquisa financiado com participação de docente/discente do PGPCI	
Plano de ação. Docentes e grupos de pesquisa do PGPCI se articulam para submeter propostas articuladas (ou conjuntas) de pesquisa as agências oficiais de fomento. Coordenação assegura a comunicação tempestiva dos Editais e incentiva a articulação.	
Responsável: Docentes / Coordenação	
Recursos: Não se aplica	

Prazos: Permanente	
Situação atual: 10% dos docentes integram projetos financiados de pesquisa articulada (2023)	Situação desejada: 100% dos docentes integram projetos financiados de pesquisa articulada

Meta 29: 100% dos recursos PROAP são executados	
Plano de ação. Coordenação assegura a alocação do recurso em rubricas orçamentárias necessárias ao PGPCI e promove ações de gestão para assegurar a plena execução dos recursos (PROAP e próprio), dentro do exercício financeiro.	
Responsável: Docentes / Coordenação	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: Permanente	
Situação atual: 100% dos recursos PROAP foram executados (2023)	Situação desejada: 100% dos recursos PROAP executados

Meta 30: 50% dos grupos de pesquisa desenvolvem projeto de pesquisa financiado	
Plano de ação. Líderes dos grupos de pesquisa	
Responsável: Líderes dos grupos de pesquisa do PGPCI	
Recursos: Não se aplica	
Prazos: Permanente	
Situação atual: 30% dos grupos de pesquisa do PGPCI desenvolvem projetos de pesquisa financiada (2023)	Situação desejada: 50% dos grupos de pesquisa do PGPCI desenvolvem projetos de pesquisa financiada

7. PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO

7.1. Implementação do plano estratégico

A implementação deste planejamento é de responsabilidade de todos os colaboradores do PGPCI (docentes, discentes, técnicos e gestores), de acordo com as responsabilidades estipuladas em cada atividade prevista no plano de ação. Entretanto, a responsabilidade pela direção dos processos está a cargo da Coordenação, da Secretaria e das Comissões de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PGPCI.

Coordenação: responsável por supervisionar a execução do plano de ação, de maneira a assegurar a qualidade e a tempestividade das ações e resultados. Cabe ainda a Coordenação garantir os recursos necessários a execução das atividades e assegurar a coordenação com as demais instâncias acadêmicas de interesse (departamentos, centro, universidade, CAPES, etc.)

Secretaria: responsável por executar as ações de monitoramento, coleta e compilação tempestiva dos dados e prestar todo o apoio técnico-administrativo necessário a implementação do plano de ação pelos demais responsáveis.

Comissão de Autoavaliação: responsável por definir os critérios e parâmetros de avaliação do PGPCI, considerando as boas práticas e as normas regulamentadoras cabíveis, além de coordenar a execução da coleta e tratamento dos dados, assegurando sua qualidade e relevância para o aprimoramento do Programa.

Comissão de Planejamento Estratégico: responsável por compilar os objetivos e metas do PGPCI, definindo os respectivos planos de ação, garantindo seu alinhamento com os demais instrumentos de planejamento institucional e relevância para o aprimoramento do Programa.

Força tarefa (equipe *ad hoc*): responsável por executar uma ação temporária, pré-definida no Planejamento Estratégico do PGPCI, composta por colaboradores indicados pela coordenação do Programa.

As comissões farão uma avaliação semestral do alcance das metas planejadas, cabendo-lhes registrar adequadamente o alcance dos resultados. Estes relatórios serão apreciados pelo colegiado, em reuniões extraordinárias, convocadas para esse fim. Nestas reuniões, poderá haver o ajuste dos planos de ação, de maneira a assegurar o alcance pleno das metas do Programa. Ao final do período (2028), caberá a Comissão de Autoavaliação realizar a avaliação de todo o processo, de forma a registrar os resultados alcançados, ou não, e contribuir para o aprendizado e a melhoria contínua do PGPCI. O processo de avaliação deve ser orientado para o aprendizado e o registro de informações úteis ao novo ciclo de planejamento estratégico

7.2. Mecanismos de acompanhamento dos docentes

O acompanhamento docente é realizado semestralmente, por meio do formulário de acompanhamento docente, disponível no [website](#). O PGPCI dispõe de uma resolução própria que estabelece os critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento do Programa, que observa os parâmetros de avaliação de desempenho da CAPES ([Resolução PGPCI nº1/2026](#)).

A avaliação de desempenho dos docentes nas disciplinas é realizado por meio de formulário próprio, padronizado, disponível no SIGAA/UFPB. A consulta é realizada semestralmente entre todos os alunos das disciplinas e os resultados são disponibilizados a coordenação do Programa que os compartilha com o colegiado de curso. A avaliação do desempenho dos docentes que atuam como orientadores ocorre por meio da análise dos

projetos de qualificação e das dissertações, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno e nas resoluções do PGPCI.

7.3. Mecanismos de acompanhamento dos discentes

Os discentes são acompanhados por meio de um formulário de acompanhamento. O formulário é preenchido semestralmente por todos os discentes. Desta forma, o programa, com a anuência do orientador, pode monitorar não só o número de créditos cursados, trancamentos de disciplinas ou curso e exames de qualificação (informações que também estão disponíveis no SIGAA/UFPB), mas, principalmente, acompanhar a elaboração da dissertação e monitorar a realização de outras atividades acadêmicas de interesse (pesquisa, produção, atuação profissional, ações de extensão e mobilidade nacional/internacional). O formulário de acompanhamento discente está disponível no [website](#).

7.4. Mecanismo de acompanhamento de egressos

O mecanismo de acompanhamento dos egressos do programa é implementado por meio do [formulário de egresso](#), da aplicação periódica do questionário de autoavaliação e também pela publicação da relação de todos os egressos do PGPCI no [website](#) do Programa.

O PGPCI realiza ainda uma ação contínua do Programa, denominada “Fala, Mestre!”, que ocorre, desde 2021. Esta é uma série de episódios que conta a trajetória dos egressos do PGPCI, através de vídeos curtos publicados em nosso Canal do *YouTube*. Para visualizar, basta clicar no número do [episódio](#).

Além disso, periodicamente, o PGPCI realiza consultas ao currículo lattes de todos os egressos do programa para mapear a sua trajetória profissional e, eventualmente, contatá-los, por e-mail ou telefone, para participar de iniciativas comuns do programa (recepção de calouros, palestras, produções etc.).

7.5. Cenários e reavaliação do planejamento estratégico

Os planos de implementação do PGPCI devem ser revistos em 18, após a avaliação quadrienal da CAPES, considerando os seguintes cenários:

- A) **Cenário realista:** a nota do PGPCI avança para 4 na avaliação quadrienal da CAPES, permitindo a continuidade do programa e o seu processo de melhoria contínua. 10 docentes permanentes com produção e atuação consideradas boas, segundo os critérios da CAPES, permanecem credenciados no PGPCI. Do número restante, ao menos 2 docentes permanentes do PGPCI (com produção científica, em periódicos qualificados, insuficiente) serão substituídos para assegurar maior equilíbrio na produção. Ao menos 1 docente colaborador será credenciado como permanente, observado integralmente os requisitos de produção. Neste cenário:
- a.1. a integração entre as linhas 1 (políticas públicas) e 3 (cooperação internacional) estará completa em 2025 (com o ingresso de novos docentes em 2024 e 2025);
 - a.3. a nova matriz curricular, aprovada em 2024, começará a ser implementada em agosto de 2025 (com o ingresso da nova turma);
 - a.3. o processo de renovação do corpo docente (permanentes e colaboradores), iniciado em 2024, será aprofundado, prevendo-se uma renovação de aproximadamente 40% do núcleo docente (em relação ao ano base de 2023).
- B) **Cenário pessimista:** a nota do PGPCI permanece 3 na avaliação quadrienal da CAPES, levando a descontinuidade do programa. Neste cenário:

- b.1. a integração entre as linhas 1 (políticas públicas) e 3 (cooperação internacional) não terá continuidade em 2025;
- b.3. a nova matriz curricular, aprovada em 2024, não será implementada em agosto de 2025 (com o ingresso da nova turma);
- b.3. será executado um plano de encerramento do Programa.

- C) **Cenário otimista:** a nota do PGPCI avança para 4 na avaliação quadrienal da CAPES, permitindo a continuidade do programa e o seu processo de melhoria contínua. 10 docentes permanentes com produção e atuação consideradas boas, segundo os critérios da CAPES, permanecem credenciados no PGPCI. Do número restante, ao menos 4 docentes permanentes do PGPCI (com produção científica, em periódicos qualificados, insuficiente) serão substituídos para assegurar maior equilíbrio na produção. Ao menos 2 docentes colaboradores serão credenciados como permanentes, observando integralmente os requisitos de produção. Neste cenário:
- c.1. a integração entre as linhas 1 (políticas públicas) e 3 (cooperação internacional) estará completa em 2025 (com o ingresso de novos docentes em 2024 e 2025);
 - c.3. a nova matriz curricular, aprovada em 2024, começará a ser implementada em agosto de 2025 (com o ingresso da nova turma);
 - c.3. o processo de renovação do corpo docente (permanentemente e colaboradores), iniciado em 2024, será aprofundado, prevendo-se uma renovação de aproximadamente 40% do núcleo docente (em relação ao ano base de 2023);
 - c.4. será executado um plano de abertura do curso de doutorado acadêmico.

Este planejamento estratégico foi formulado a partir do cenário realista.

7.6. Cronograma e marcos iniciais (*roadmap 2024-2025*)

#	Marco	Prazo	Responsável
-	Publicação do relatório de autoavaliação 2023	Dezembro de 2023	Comissão de Autoavaliação
-	Período de consultas	Janeiro a Março de 2024	Comissão de Planejamento Estratégico
0	Aprovação do Planejamento Estratégico do PGPCI	Abril de 2024	Colegiado do PGPCI (Comissão de Planejamento Estratégico)
1	Relatório da Comissão de Credenciamento Docente (descredenciamento em agosto de 2024)	Junho de 2024	Comissão de Credenciamento
2	Aprovação do novo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação (vigência a partir de 2025)	Agosto de 2024	Colegiado do PGPCI (Comissão de Revisão da Matriz Curricular)
3	Publicação do Edital de Credenciamento Docente (resultado em novembro e credenciamento a partir de janeiro de 2025)	Outubro de 2024	Comissão de Credenciamento
4	Publicação do Edital de Seleção 2025 (ingresso em agosto de 2025)	Dezembro de 2024	Comissão de Seleção

5	Eleição da nova Coordenação	Fevereiro de 2025	Colegiado do Programa
6	Início da implementação da nova matriz curricular do Programa	Agosto de 2025	Coordenação do Programa
7	1ª revisão do Planejamento Estratégico (após a publicação do Relatório de Avaliação Quadrienal da CAPES - 2024)	Outubro de 2025	Comissão de Planejamento Estratégico

8. CONVERGÊNCIA DO PROGRAMA COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UFPB

O planejamento estratégico (2024-2028) do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) da Universidade Federal da Paraíba. Este alinhamento está claro na visão compartilhada entre essas instâncias:

Visão: ser reconhecida como uma universidade inovadora, de excelência acadêmica, científica, tecnológica, artística, cultural **e referência na gestão pública** (UFPB, 2019, p.18).

Nos últimos anos, a UFPB investiu na adoção de boas práticas de governança pública (PI.Gad.03), particularmente, na implementação dos programas de gestão de riscos e integridade e no fortalecimento de outras instâncias de governança, como a ouvidoria. O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional contribuíram diretamente para esse processo, pois tanto alunos (servidores públicos da UFPB que atuam nessas unidades), quanto professores (especialistas nessa área), contribuíram com essas melhorias.

Além disso, o PGPCI implementou melhorias contínuas nos seus processos administrativos, inclusive no processo seletivo, para incorporar as novas orientações da Pró-reitoria de Pós-Graduação, inclusive sobre ações afirmativas.